

Sobre as perspectivas demográficas no Sul de Portugal:

o declínio da fecundidade:
aplicação do método de Coale

INTRODUÇÃO

A razão principal do declínio da fecundidade observado nas nações industrializadas é a limitação deliberada do número de nascimentos em casais ainda potencialmente férteis. Esta limitação da fecundidade realiza-se através de três processos principais: emprego de métodos contraceptivos e prática da abstinência e do aborto.

A esta baixa da fecundidade, cuja origem está na limitação dos nascimentos, é costume chamar-se *fecundidade neomalthusiana* porque os primeiros defensores do princípio da limitação dos nascimentos se intitularam a eles próprios neomalthusianos. É uma designação paradoxal, uma vez que o próprio Malthus¹ se opôs determinantemente ao uso da contracepção e do aborto. Com efeito, o que Malthus propôs foi a redução da fecundidade através duma diminuição no número de mulheres em idade de procriar que vivem em uniões sexuais (em sentido lato). A esta diminuição da fecundidade obtida através duma redução na proporção de mulheres casadas costuma chamar-se *limitação malthusiana dos nascimentos*.

Assim, para compreendermos os baixos níveis de fecundidade atingidos actualmente, além da razão principal que apontámos (prática neomalthusiana), não devemos deixar de ter em conta o efeito da prática malthusiana acrescida de dois elementos complementares: as mulheres solteiras não têm uma fecundidade igual a zero (há nascimentos ilegítimos); mesmo na ausência de *contrôle* de nascimentos, a fecundidade legítima não atinge o mesmo nível elevado em todas as populações. Mais ainda, de população a população há variações na incidência da esterilidade e subfecundidade, na frequência das relações sexuais e na duração do período de aleitamento.

Perante a necessidade de estudar todas estas questões, surge assim o problema da elaboração de índices que não só meçam a fecundidade geral, legítima e ilegítima, mas que exprimam igualmente o nível da fecundidade em termos de contribuição dos dois tipos de *contrôle* — malthusiano e neomalthusiano.

¹ Malthus, *Essai on the Principle of Population as it Affects the Future Improvement of the Society*, Londres, 1798.

Contudo, é interessante notar que a análise da fecundidade numa população por meio de técnicas adequadas é uma preocupação muito recente. Em todos os países europeus, com excepção da França, a fecundidade manteve-se elevada e instável antes do século XIX. Durante o século passado, toda a atenção dos demógrafos se concentra sobre a redução da mortalidade, e é assim que na recolha de textos feita por Farr² em 1885 somente 21 páginas são consagradas à fecundidade, enquanto sobre a mortalidade existem cerca de 300 páginas. O interesse pelo estudo da fecundidade aumenta no fim do século XIX e sobretudo no século XX: o declínio da fecundidade, em França entre outros países, preocupa os espíritos, tornando-se um problema agudo em muitos países europeus depois da primeira guerra mundial. Os grandes estudos em sociologia da fecundidade não têm mais de uma vintena de anos.

Num artigo escrito já há alguns anos, Louis Henri³ afirma que existem duas direcções nas investigações relativas ao estudo da fecundidade: o aperfeiçoamento na medida do fenómeno e o estudo dos factores fisiológicos, psicológicos e sociológicos que lhe estão associados. Foi sobretudo no primeiro aspecto que se obtiveram os melhores resultados e, hoje em dia, o demógrafo tem à sua disposição uma grande quantidade de meios para a medir e analisar. Estas medidas conseguem já, com bastante perfeição, separar aquilo que verdadeiramente se quer medir — a propensão a ter filhos — dos efeitos perturbadores, mas nem sempre são susceptíveis de serem aplicados às áreas que queremos estudar. Na maior parte dos países ditos do Terceiro Mundo não existem estatísticas demográficas correntes — apenas existem recenseamentos ou inquéritos ocasionais — e nos países mais desenvolvidos nem sempre os dados de que necessitamos se encontram disponíveis à escala regional e distrital.

Se, como escreve P. Vincent⁴, «o problema da previsão foi sempre um aspecto essencial para o demógrafo — a análise do presente e do passado não tem outro significado que precisar em grau apurado uma tendência», a procura dos métodos que melhor separem uma propensão das influências perturbadoras permitirá melhorar as previsões de população.

Sendo a fecundidade e os movimentos migratórios as variáveis mais difíceis de determinar numa projecção a longo prazo, como o demonstra um recente estudo da O. C. D. E.⁵, a procura de bons e adequados métodos de análise conduzirá necessariamente à elaboração de melhores perspectivas demográficas.

É dentro deste espírito que se situa o presente artigo. A aplicação dum método de standardização indirecta elaborado por Coale⁶ ao estudo

² Citado por E. Grebenik em «Data available for the study of fertility in Great Britain», in *Biological Aspects of Social Problems*, Edimburgo, 1965.

³ Louis Henry, «Aspects mathématiques de l'étude de la fécondité et de la famille», in *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, 1958.

⁴ P. Vincent, «Comment déterminer la tendance de la fécondité», in *Population*, n.º 3.

⁵ O. C. D. E., *L'évolution démographique de 1965 à 1980 en Europe Occidentale et en Amérique du Nord*, Paris, 1966.

⁶ A. Coale, *Factors associated with the development of low fertility — an historic summary*, Nações Unidas, Congresso Mundial da População, Belgrado, 1965; *The growth and structure of human population*, Princeton, 1973. Esta metodologia desenvolvida por Coale foi objecto de algumas aplicações recentes: Van de Walle, *Facteurs économiques et déclin de la fécondité en France et en Belgique*, Association Internationale des Sciences Économiques, França, 1973; J. Duchene e R. Lesthaghe,

dos quatro distritos da região do Sul de Portugal não é portanto um simples exercício académico. É a possibilidade de separar à escala distrital as tendências subjacentes das perturbações acessórias, medindo da maneira mais segura a evolução da variável-chave no dinamismo das populações: a fecundidade.

I

O PROBLEMA DA ESCOLHA DO MÉTODO

1. As medidas habituais de fecundidade: sua limitação na análise regional

A primeira medida a ser utilizada na análise da fecundidade duma população é a taxa bruta de natalidade, ou seja, a relação entre o número de nascimentos e a população média do período em análise. Tomando como exemplo as taxas brutas de natalidade de Portugal e da Bélgica em 1973, encontramos os valores de 20,1 % e 15,3 %, respectivamente. Podemos concluir que, em média, as mulheres portuguesas têm 31,4 % mais de filhos que as mulheres belgas, conforme parece resultar da comparação das duas taxas? É evidente que estes índices nos não permitem responder a esta questão. Para formar um julgamento adequado é usual o emprego de medidas mais subtis, tais como: as taxas de fecundidade por idade, a descendência média e as taxas bruta e líquida de reprodução.

As taxas de fecundidade que põem em relação o número de filhos apenas com o número de mulheres em idade de procriar já nos dão uma informação mais precisa sobre a fecundidade das mulheres. O quadro n.º 1 e o gráfico I oferecem a possibilidade de comparar as taxas de fecundidade por grupos de idade nos dois países em análise:

Taxas de fecundidade por grupos de idade e descendência média em Portugal e Bélgica, 1973

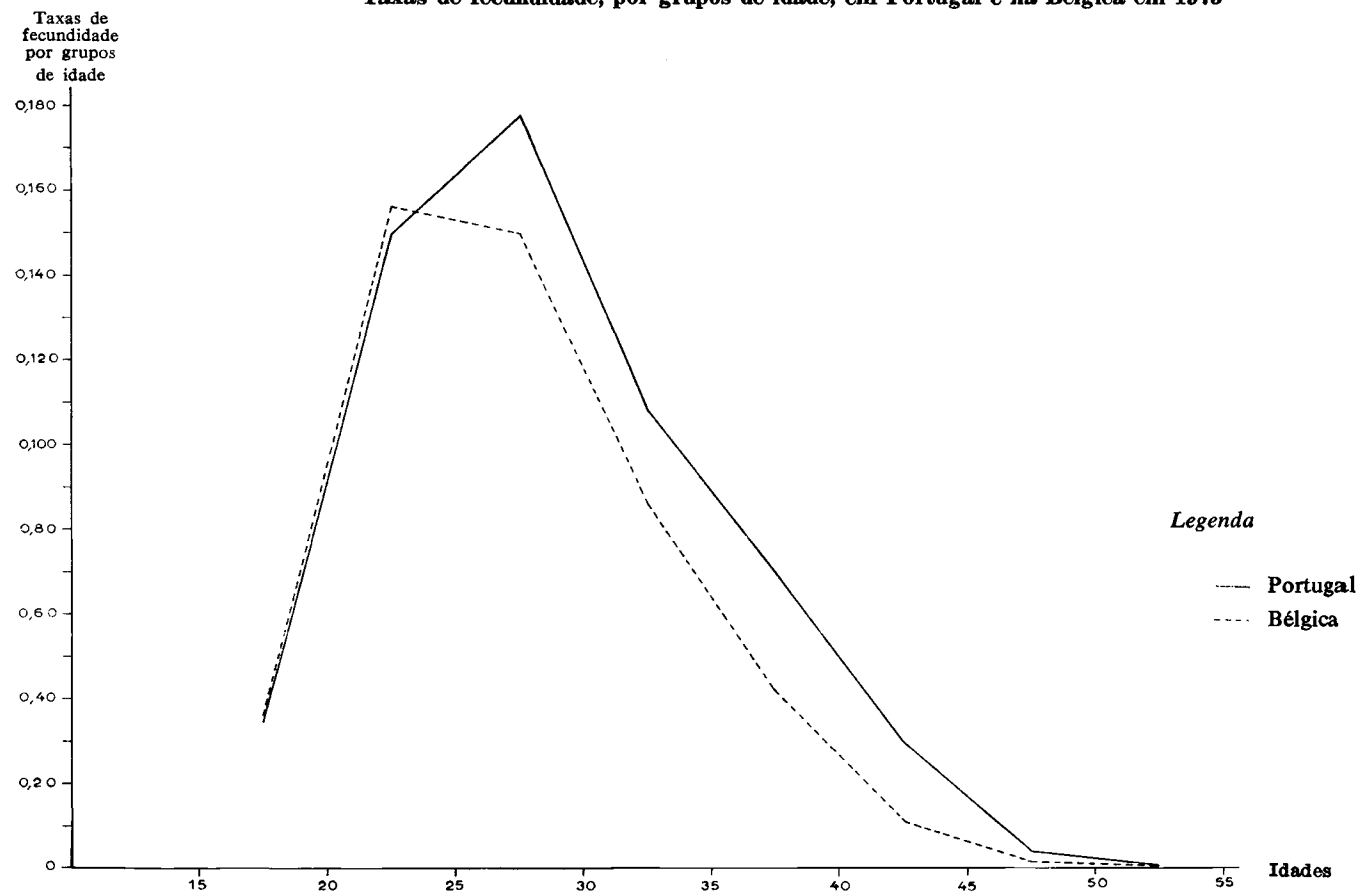
[QUADRO N.º 1]

Grupos de idade	Portugal	Bélgica	Diferença
15-19	0,0332	0,0336	— 0,0004
20-24	0,1494	0,1564	— 0,0070
25-29	0,1784	0,1514	+ 0,0270
30-34	0,1071	0,0856	+ 0,0215
35-39	0,0703	0,0417	+ 0,0286
40-44	0,0313	0,0112	+ 0,0201
45-49	0,0035	0,0010	+ 0,0025
Total	0,5732 ×5	0,4809 ×5	+ 0,0923
Descendência média	2,8660	2,4045	

«Essai de reconstitution de la population belge sous le régime français», projecto de artigo para *Population et Famille*, 1974; Livi-Bacci, *A century of Portuguese fertility e Fertility and Nuptiality changes in Spain from the late 18th to the early 20th century*.

[GRÁFICO I]

Taxas de fecundidade, por grupos de idade, em Portugal e na Bélgica em 1973



Nos dois países, a forma das curvas é muito semelhante. Contudo, uma análise mais pormenorizada revela-nos a existência de algumas diferenças significativas: nos dois primeiros grupos de idade, as taxas de fecundidade de Portugal apresentam-nos valores surpreendentemente inferiores aos de um país como a Bélgica, altamente industrializada e desenvolvida; nos outros grupos, os valores de Portugal são sempre superiores, o que é normal. Os primeiros sintomas das consequências da emigração portuguesa começam portanto a produzir os seus efeitos.

O cálculo da descendência média (soma das taxas de fecundidade multiplicada pela amplitude do intervalo de classe) resume o nível da fecundidade já liberto, em certa medida, dos efeitos de estrutura. Este indicador pode ser considerado como o número de filhos que teria por hipótese uma mulher média se, durante os anos férteis, o seu comportamento genésico fosse idêntico ao do conjunto das mulheres observadas no período em análise. Uma vez que este indicador representa uma aproximação bastante exacta do efectivo final duma progenitura média real, é um indicador indispensável em qualquer análise da fecundidade. Os cálculos elaborados dão-nos um valor de 2,9 para Portugal e de 2,4 para a Bélgica, o que significa que os níveis de fecundidade nos dois países apresentam uma diferença de 20 %, e não de 31,4 %, conforme a análise das taxas brutas nos parecia indicar.

Somente uma comparação entre as estruturas nos pode explicar esta diferença de cerca de 11 %:

Composição por grupos de idade das populações femininas portuguesa e belga em 1973 (em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Grupos de idade	Portugal	Bélgica	Diferença
0- 4	8,6	7,9	+ 0,7
5- 9	9,2	7,7	+ 1,5
10-14	8,9	7,3	+ 1,6
15-19	8,3	7,2	+ 1,1
20-24	7,3	5,7	+ 1,6
25-29	6,1	6,0	+ 0,1
30-34	6,3	6,6	— 0,3
35-39	6,5	6,8	— 0,3
40-44	6,4	7,0	— 0,6
45-49	6,0	4,7	+ 1,3
50-54	5,2	6,2	— 1,0
55-59	5,2	6,3	— 1,1
60-64	5,0	6,1	— 1,1
65-69	4,1	5,2	— 1,1
70 + ...	6,9	9,2	— 2,3

Examinando de perto a interacção entre a fecundidade e as estruturas, rapidamente nos damos conta de até que ponto a estrutura por idade pode estar na origem do desvio observado: é precisamente nos grupos de idade em que a percentagem da população portuguesa é superior à da belga — 15-19 (+1,1) e 20-24 (+1,6) — que as taxas de fecundidade são inferiores; pelo contrário, em todos os outros grupos de idade em que as per-

centagens são inferiores a fecundidade é mais elevada. O grupo de idade 45-49 anos, que aparenta ser uma excepção, em rigor não o é, uma vez que os efectivos belgas sofreram um grande número de perdas durante a última guerra mundial, tendo sido este o grupo que nesta época maior contingente ofereceu ao exército. Estamos perante um exemplo comprovativo do facto de as estruturas por si só poderem aumentar ou diminuir as taxas brutas numa proporção que não corresponde às variações do nível de fecundidade.

Em conclusão, podemos afirmar que a taxa bruta de natalidade, dependendo pelo menos de três factores (nível da fecundidade, estrutura por idade da população e repartição da fecundidade por idades), se revela uma medida não só insuficiente, mas também susceptível de induzir em graves erros qualquer análise, sobretudo quando se trata de análises regionais, onde as diferenças são por vezes muito subtis.

O recurso à taxa bruta de reprodução (que, em vez de ter em conta o número de filhos dos dois sexos, apenas considera os nascimentos femininos) ou à taxa líquida de reprodução (que inclui o efeito da mortalidade) nada altera porque é uma medida que, embora mais refinada, obedece aos mesmos princípios da descendência média.

O interesse que todas estas considerações têm para o estudo da fecundidade regional portuguesa (que sabemos ter profundas assimetrias) é que os dados disponíveis entre nós apenas nos permitem calcular taxas brutas à escala distrital (geral, legítima e ilegítima). O facto de a recolha do número de nascimentos classificados por distritos e grupos de idade não estar feita impede-nos de aplicar a metodologia exposta anteriormente. É certo que, a partir dos anos 30, o número de nascimentos legítimos por grupos de idade começa a ser regionalizado, mas não só essa informação não é suficiente para calcular os indicadores mencionados, como qualquer tentativa para construir um tipo de índice semelhante à descendência média a partir destes dados se afigura perigosa. Com efeito, G. Wunsch⁷ afirma-nos que, em princípio, nada nos impede de somar as taxas de fecundidade legítima para obter um índice-resumo da fecundidade legítima muito semelhante à descendência média. Mas, conforme afirma o referido autor, não se pode utilizar a soma assim obtida enquanto medida da intensidade do fenómeno em análise numa população malthusiana, porque um semelhante cálculo nos conduziria a misturar a fecundidade de casamentos de duração muito diferente e a esquecer a relação fundamental entre a duração do casamento e a descendência final.

2. O método de standardização indirecta de Coale

Anseley Coale⁸, procurando suprir as carências apontadas anteriormente, elaborou uma série de índices especiais onde os dados necessários não só são apenas o número total de nascimentos legítimos e ilegítimos (não é necessário conhecer as estruturas de população nem os nascimentos por grupos de idade — standardização indirecta), como também exprimem o nível da fecundidade em função da sua contribuição para o *contrôle* malthusiano e neomalthusiano de nascimentos. Estes índices, que a seguir

⁷ G. Wunsch, *Les mesurse de la natalité*, Lovaina, 1967.

⁸ Obras citadas na nota 6.

se apresentam em pormenor, mostram até que ponto uma população determinada se aproxima do nível máximo de fecundidade que é possível humanamente atingir e em que medida o afastamento desse máximo é devido aos dois tipos de *contrôle* apontados anteriormente.

O primeiro índice é um indicador da fecundidade geral (I_f), que nos mostra a relação entre o número de nascimentos observados numa população determinada ($\sum f_i w_i$) e o daqueles que ocorreriam se as mulheres dessa população, em cada idade, tivessem o *standard* ou o modelo de fecundidade máximo ($\sum F_i w_i$):

$$I_f = \frac{\sum f_i w_i}{\sum F_i w_i}$$

onde

f_i = nascimentos por mulher, no intervalo de idade i , na população estudada.

w_i = número de mulheres, no intervalo de idade i , na população estudada.

F_i = nascimentos por mulher, no intervalo de idade i , na população *standard* (mulheres *hutterites*, 1921-30).

Para realizar esta standardização indirecta, o modelo que Coale escolheu como *standard* foi a fecundidade mais elevada que uma população pode vir a ter. Baseando-se nas investigações de L. Henry⁹ sobre a fecundidade das populações não afectadas pela utilização de práticas contraceptivas, chegou à conclusão de que a fecundidade mais elevada jamais observada em qualquer país do mundo foi a das mulheres na tribo dos Hutterites¹⁰ durante o período de 1921 a 1930. No quadro n.º 3 são apresentadas as taxas de fecundidade da população portuguesa em dois momentos do tempo, em conjunto com as taxas da população dos Hutterites:

Taxas de fecundidade por grupos de idade da população portuguesa (1930 e 1973) e «hutterites» (1921-30)

[QUADRO N.º 3]

Grupos de idade	Portugal (1930)	Portugal (1973)	Hutterites (1921-30)
15-19	0,023	0,033	0,300
20-24	0,150	0,149	0,550
25-29	0,197	0,178	0,502
30-34	0,172	0,107	0,447
35-39	0,140	0,070	0,406
40-44	0,064	0,031	0,222
45-49	0,011	0,004	0,061

O segundo índice elaborado é um indicador da fecundidade legítima (I_g) que nos mostra a relação entre o número de nascimentos observados entre as mulheres casadas duma população ($\sum g_i m_i$) e o número de nas-

⁹ L. Henry, «Some data on natural fertility», in *Eugenics Quarterly*, 1961.

¹⁰ Eaton e Mayer, «The social biology of very high fertility among the Hutterites», in *Human Biology*, vol. 25, n.º 3, 1953.

cimentos que teriam ocorrido se as mulheres casadas da população em análise tivessem o tipo de comportamento, ou o *standard*, das mulheres casadas da população dos Hutterites ($\Sigma F_i m_i$):

$$I_g = \frac{\Sigma g_i m_i}{\Sigma F_i m_i}$$

onde

g_i = nascimentos por mulher casada, no intervalo de idade i , na população estudada.

m_i = número de mulheres casadas, no intervalo de idade i , na população estudada.

F_i = o mesmo significado que no índice anterior.

Dentro do mesmo espírito, um outro índice pode ser elaborado para a fecundidade ilegítima (I_h) desde que se estabeleça a relação entre o número de nascimentos observados nas mulheres solteiras, viúvas e divorciadas ($\Sigma h_i u_i$) e o número de nascimentos que as mulheres não casadas teriam se o seu modelo de comportamento fosse igual ao das mulheres da população *standard* ($\Sigma F_i u_i$):

$$I_h = \frac{\Sigma h_i u_i}{\Sigma F_i u_i}$$

onde

h_i = nascimentos por mulher não casada, no intervalo de idade i , na população estudada.

u_i = número de mulheres não casadas, no intervalo de idade i , na população estudada.

F_i = o mesmo significado que nos índices anteriores.

Finalmente, um índice de nupcialidade, ou de proporção de mulheres casadas, foi elaborado por Coale, mas com a particularidade de estar directamente relacionado com a fecundidade: I_m . Este índice assim concebido baseia-se na relação entre o número de filhos que as mulheres casadas teriam se o seu modelo de comportamento fosse o do *standard* ($\Sigma F_i m_i$) e aquele que a totalidade das mulheres teriam se também o seu modelo de comportamento fosse igual ao das mulheres *hutterites* ($\Sigma F_i w_i$):

$$I_m = \frac{\Sigma F_i m_i}{\Sigma F_i w_i}$$

onde F_i , m_i e w_i têm o mesmo significado que nos índices anteriores.

Em muitos casos, porém (os distritos de Portugal é um deles), as estatísticas demográficas dão-nos somente elementos suficientes para calcularmos I_g , I_h e I_m . A grande dificuldade reside em calcular o I_f , uma vez que os valores de f_i (número de nascimentos por grupos de idade) ainda não são objecto de recolha, na escala em que se deseja trabalhar, da maior parte das estatísticas. Em face desta dificuldade — que é a principal razão de não se poderem aplicar os índices de standardização directa —,

pode-se mostrar que através de algumas transformações matemáticas é possível exprimir I_f em função de I_g , I_h e I_m :

$$I_f = \frac{\sum f_i w_i}{\sum F_i w_i} = \frac{\sum g_i m_i + \sum h_i u_i}{\sum F_i w_i}$$

mas

$$\sum g_i m_i = I_g \sum F_i m_i \quad \text{e} \quad \sum h_i u_i = I_h \sum F_i u_i$$

então

$$I_f = \frac{1}{\sum F_i w_i} (I_g \sum F_i m_i + I_h \sum F_i u_i)$$

onde

$$I_f = I_g \cdot I_m + I_h \cdot \frac{\sum F_i u_i}{\sum F_i w_i}$$

mas se

$$\begin{aligned} \frac{\sum F_i u_i}{\sum F_i w_i} &= \frac{\sum F_i w_i - \sum F_i m_i}{\sum F_i w_i} \\ &= 1 - \frac{\sum F_i m_i}{\sum F_i w_i} \\ &= 1 - I_m \end{aligned}$$

então

$$I_f = I_g \cdot I_m + I_h (1 - I_m)$$

A importante relação assim obtida, além da vantagem apontada, permite ainda exprimir a fecundidade geral em termos de I_g e I_m . I_g mostra o efeito da redução neomalthusiana de nascimentos e I_m mostra o efeito da redução malthusiana. Nas sociedades em que a fecundidade das mulheres não casadas é negligenciável, a equação apresentada reduz-se a uma forma mais compacta:

$$I_f = I_g \cdot I_m$$

Como conclusão resolvemos apresentar alguns valores de I_f e I_g calculados para alguns países representativos nos anos de 1870, 1900, 1930 e 1960, a que juntámos os valores globais para Portugal obtidos com a investigação levada a efeito nas páginas seguintes. Assim, observando o quadro n.º 4, verificamos que uma fecundidade geral com valores superiores a 0,50 somente é encontrada na Europa oriental por volta de 1900 e, nos nossos dias, em Taiwan e no México. Portugal, em relação a outros países da Europa ocidental, apresenta valores dos mais elevados. O presente estudo mostrará que estes valores não representam uma realidade homogênea: o Sul do País, com valores por vezes mais baixos que a maior parte dos países europeus, deixa-nos antever que o Norte certamente terá

valores excepcionalmente elevados. No que respeita à fecundidade legítima, poucos países se aproximam dos valores encontrados na população dos Hutterites. Até ao presente momento, nenhum valor de I_g calculado ultrapassou 0,85 e mais uma vez os valores encontrados em Portugal se mostram dos mais elevados no contexto europeu.

Fecundidade geral e legítima em alguns países do mundo

[QUADRO N.º 4]

Países	Fecundidade geral (I_g)				Fecundidade legítima (I_g)			
	1870	1900	1930	1960	1870	1900	1930	1960
Europa ocidental:								
Noruega	0,33	0,33	0,17	0,22	0,76	0,73	0,38	0,32
Suécia	0,33	0,30	0,15	0,17	0,71	0,64	0,30	0,24
Inglaterra . . .	0,37	0,27	0,15	0,22	0,68	0,54	0,29	0,29
Irlanda	0,29	0,23	0,24	0,29	0,67	0,74	0,66	0,60
França	0,28	0,24	0,19	0,22	0,48	0,38	0,30	0,31
Portugal	—	0,35	0,30	0,26	—	0,68	0,54	0,41
Europa oriental:								
Rússia	—	0,55	0,42	0,24	—	0,77	0,65	0,35
Bulgária	—	0,52	0,31	0,20	—	0,70	0,41	0,24
Ásia:								
Japão	—	—	0,37	0,17	—	—	0,51	0,29
Taiwan	—	—	0,54	0,50	—	—	0,66	0,68
América Latina:								
México	—	—	—	0,50	—	—	—	0,76
Outros países:								
Estados Unidos ...	0,37	0,29	0,20	0,28	—	0,49	0,31	0,36
Austrália . . .	—	0,29	0,19	0,28	—	0,58	0,33	0,38
Hutterites . . .	—	—	0,70	—	—	—	1,00	—

II

O CRESCIMENTO E A DENSIDADE DA POPULAÇÃO NA REGIÃO SUL

1. As estimativas do século XIX

Apesar de o primeiro recenseamento feito em moldes modernos datar de 1864, durante o século XIX algumas estatísticas foram ocasionalmente elaboradas acerca de certos acontecimentos demográficos básicos, quer por via oficial, quer por via não oficial. A sua qualidade e regionalização são muito variáveis, mas não deixam de ser um precioso auxiliar de informação para compreendermos nas suas linhas gerais o que foi a evolução da população na região sul.

A primeira fonte é uma *Lista de População e Famílias* de 1801, baseada em elementos fornecidos por autoridades civis e religiosas. O Ins-

tituto Nacional de Estatística publicou em 1948 uma cópia do manuscrito que continha os resultados desta enumeração compilada por Manuel Travassos¹¹, contendo também uma recapitulação dos principais acontecimentos demográficos de 44 comarcas das 6 províncias (Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, *Alentejo* e *Algarve*).

Balbi, por outro lado, na sua principal obra sobre Portugal¹², realiza o mesmo trabalho, no mesmo ano, mas a sua recolha de dados é estritamente baseada em subdivisões eclesiásticas. É evidente que as séries de números recolhidos pelos dois autores não coincidem, mas as diferenças nem por isso são muito significativas, razão pela qual apenas se apresenta a de Balbi:

População e nascimentos em 1801 (estimativa de Balbi)

[QUADRO N.º 5]

Províncias	População	Famílias	Habitantes por família	Taxa de natalidade	Ratio de sexos à nascença
Alentejo	288 200	80 932	3,56	37,9	102,1
Algarve	100 158	28 214	3,55	44,2	105,3
Portugal	2 875 413	749 524	3,84	33,9	105,7

É curioso notar que, apesar das reservas que se deverão pôr em relação à qualidade dos elementos recolhidos nesta época, a região sul apresentava uma natalidade superior à do País, se nos basearmos nas observações feitas por Balbi. O Algarve chega mesmo a atingir um valor de 44 nascimentos por 1000 habitantes.

2. A população e a densidade no século XX

No quadro n.º 6 apresenta-se a evolução da população desde o primeiro recenseamento oficial (1864) até ao último (1970):

População por distritos (em milhares)

[QUADRO N.º 6]

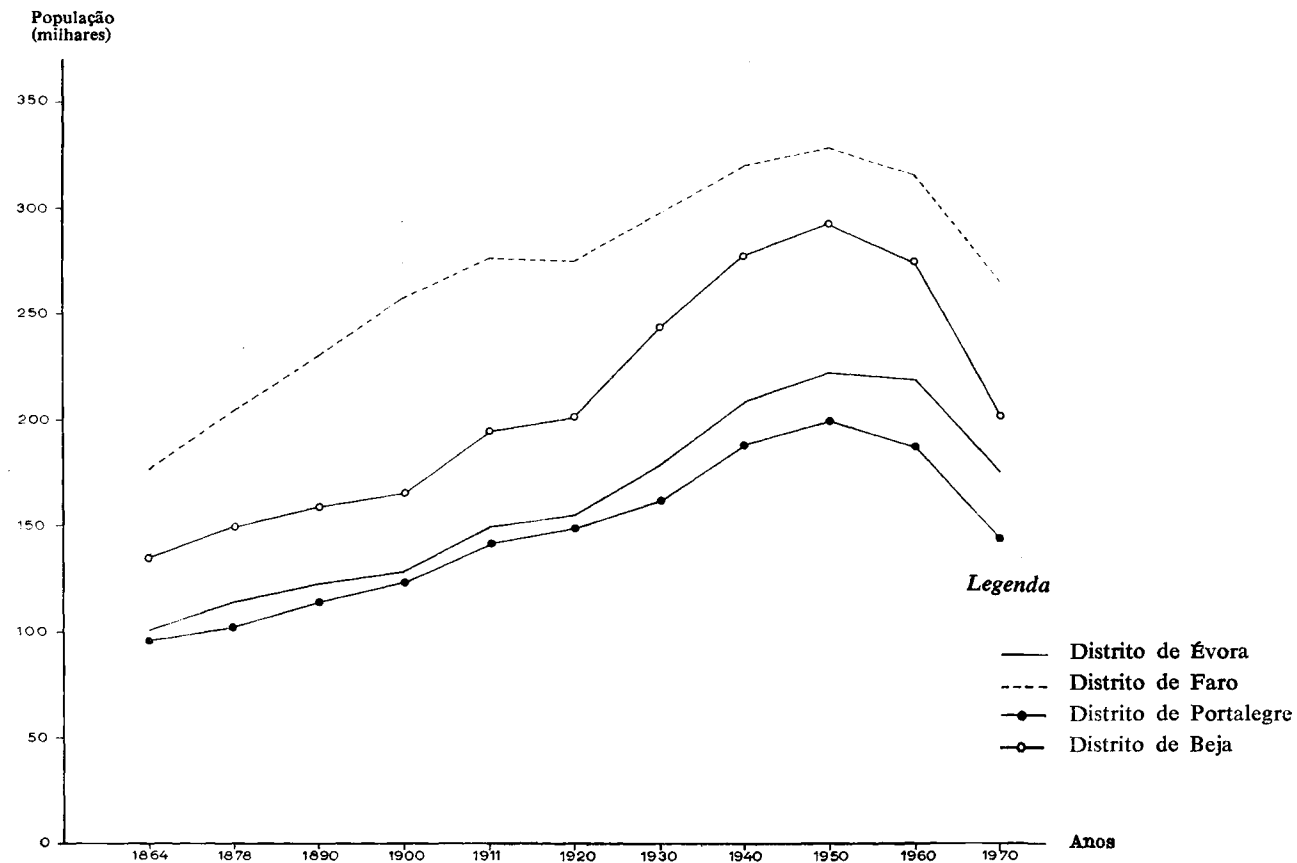
Distritos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Beja	135	149	159	165	195	202	243	278	291	277	202
Évora	102	114	122	129	150	156	179	210	222	219	176
Portalegre	98	106	115	126	144	151	165	189	200	188	145
Faro	177	204	230	257	276	271	296	320	328	315	266
Portugal	4287	4669	5103	5447	5999	6080	6802	7755	8510	8889	8569

¹¹ I. N. E., *Subsídios para a História da Estatística em Portugal*, vol. II.

¹² Balbi, *Compendio di geografia*, vol. I, Turim, 1840.

[GRÁFICO II]

Evolução da população na região sul (em milhares)



Após um período de lento acréscimo ao longo de um século, a população começou a decrescer, como consequência da emigração e do declínio da natalidade. Contudo, se repararmos mais em pormenor, verifica-se que a totalidade dos distritos da região sul duplicaram os efectivos que tinham em 1864 por volta de 1940, ao passo que Portugal só duplicou os seus efectivos por volta de 1950.

Isto quer dizer que a região sul se manifestou no início com uma natalidade bastante elevada (o que, aliás, vem na linha dos dados recolhidos por Balbi no século XIX) e com uma emigração bastante reduzida.

Só posteriormente se manifestou uma nítida desaceleração do crescimento populacional. Contudo, se o crescimento demográfico foi muito rápido durante um século, a evolução das densidades demográficas da região sul apresenta um ritmo muito menos significativo em relação ao ritmo geral do País.

Densidade (habitantes por quilómetro quadrado)

[QUADRO N.º 7]

Distritos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Beja	13	15	16	16	19	20	24	27	28	27	19
Évora	14	15	17	17	20	21	24	28	30	30	27
Portalegre	17	18	20	22	24	26	28	32	34	32	29
Faro	35	40	45	50	54	53	58	63	65	62	56
Portugal ...	67	51	56	60	66	66	74	85	93	97	89

III

A EVOLUÇÃO DA NUPCIALIDADE

1. Aspectos da sua evolução regional

A análise da nupcialidade e da sua mudança ao longo do tempo é um passo preliminar para o estudo da fecundidade.

Na Europa ocidental, no fim do século XIX, a idade na altura do casamento e a proporção de pessoas que ficaram celibatárias no fim do período fecundo (em geral depois dos 50 anos) influenciaram bastante a fecundidade.

Para melhor se compreender a importância desta variável na sua exacta medida quantitativa, atente-se no seguinte exemplo: em 1878, a proporção de mulheres em idade de procriar (15-50 anos) que eram casadas no distrito de Faro apresentava uma percentagem 75 % superior à do distrito da Horta. Se ignorarmos a ilegitimidade e as diferenças na composição por idade e pusermos como hipótese uma fecundidade legítima igual nas duas populações, a taxa de natalidade do primeiro distrito excederá a do segundo também em 75 %.

Vários índices de nupcialidade podem ser elaborados, mas, tendo em conta os elementos de que dispomos, quer nas nossas estatísticas correntes, quer nos recenseamentos, três índices foram elaborados:

- 1.º A proporção de mulheres casadas na população feminina em idade de procriar (15 a 49 anos). É o I_m apresentado no início do trabalho que descreve a nupcialidade em termos de efeito potencial sobre a fecundidade. Depende da idade média do casamento, da proporção de mulheres que nunca se casaram e da frequência da viuvez.
- 2.º A proporção de mulheres casadas no grupo das mulheres entre os 20 e os 24 anos de idade. Esta medida está intimamente correlacionada com a idade média do casamento e é um bom indicador da tendência de as pessoas se casarem cedo ou tarde.
- 3.º A proporção de mulheres solteiras entre os 50 e os 54 anos de idade. É um indicador da proporção de mulheres que não se casam antes do fim do período de procriação e que, portanto, já não contribuirão para a fecundidade legítima da população.

É óbvio que estes índices são afectados pela ausência de rigor científico na contagem dos efectivos de certos grupos de idade, nomeadamente nos grupos de mulheres casadas e não casadas.

Nos quadros n.ºs 8, 9, 10 e 11 e no gráfico III calculámos as três medidas de nupcialidade apresentadas, durante um período que vai de 1864 a 1970, para Portugal e os quatro distritos da região sul, para assim termos uma ideia do comportamento de cada uma destas áreas em relação ao País.

I_m na região sul (efeito potencial da nupcialidade sobre a fecundidade)

[QUADRO N.º 8]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1864	0,541	0,496	0,534	0,556	0,424
1878	0,601	0,510	0,582	0,550	0,452
1890	0,565	0,498	0,566	0,563	0,456
1900	0,560	0,497	0,538	0,552	0,460
1911	0,566	0,534	0,571	0,570	0,471
1920	0,549	0,497	0,538	0,539	0,455
1930	0,537	0,509	0,484	0,551	0,474
1940	0,525	0,467	0,449	0,561	0,476
1950	0,576	0,497	0,447	0,570	0,513
1960	0,566	0,536	0,466	0,606	0,556
1970	0,660	0,605	0,578	0,628	0,589

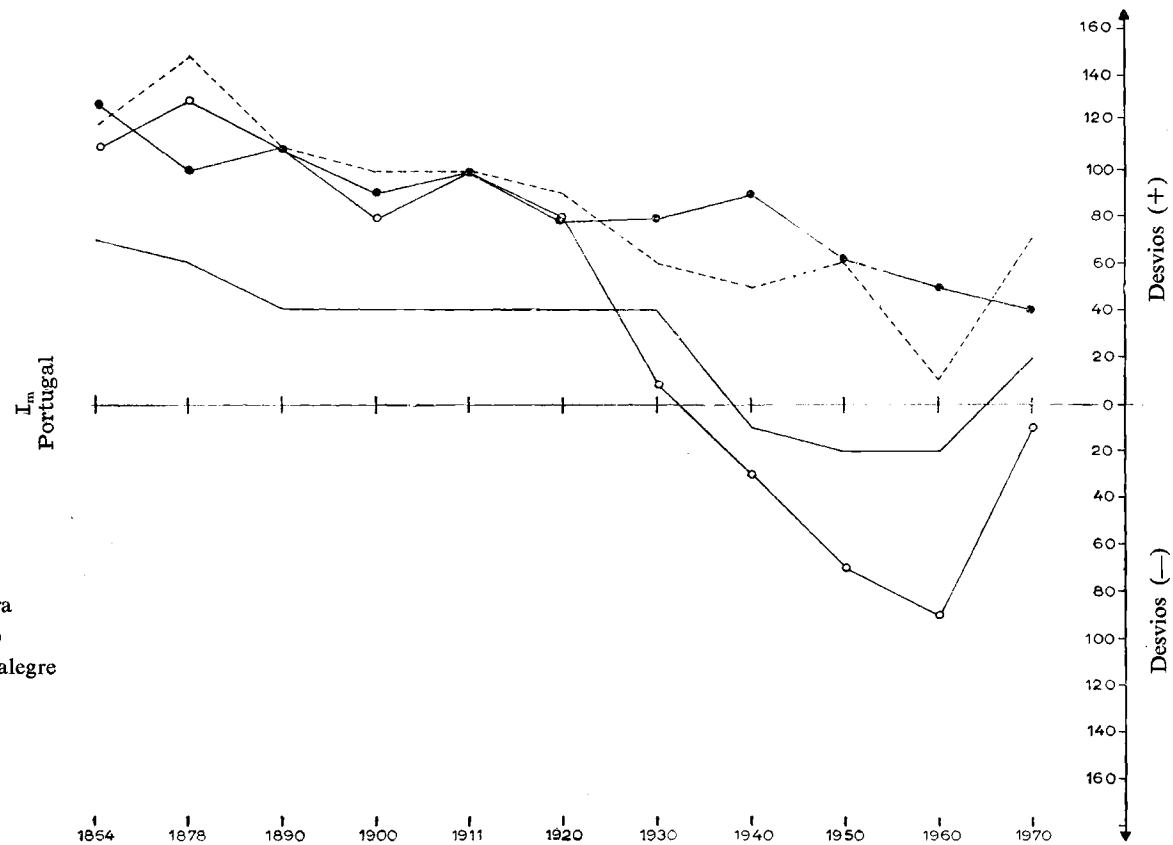
Pela análise dos quadros n.ºs 8 e 9 e do gráfico III verifica-se que a nupcialidade para o conjunto da população portuguesa apresentou uma grande estabilidade até à década de 1940, tendo a seguir começado a subir gradualmente até 1970. O mesmo comportamento não foi observado à escala distrital: embora cada distrito tenha uma evolução particular, Faro, Évora e Portalegre só na última década, só nos últimos anos, começaram a ter valores superiores à média observada durante o século. Beja, a partir

[GRÁFICO III]

Evolução dos desvios dos I_m distritais em relação aos I_m de Portugal (nupcialidade)

Legenda

- Distrito de Évora
- - - Distrito de Faro
- Distrito de Portalegre
- Distrito de Beja



da década de 1930, começou a decrescer substancialmente, embora tenha recuperado na última década. Por outro lado, se, no fim do século passado (e em grande parte deste século), os valores de I_m se apresentavam muito superiores à média do País (o que quer dizer que a região tinha as zonas com maior nupcialidade), a partir dos anos 1920-30, a nupcialidade começou a decrescer, havendo mesmo dois distritos que se passaram a manifestar com médias inferiores: Beja e Évora (ver gráfico III).

Evolução de I_m em número-índices no período de 1864-70

[QUADRO N.º 9]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1864	95,8	99,6	94,3	98,8	93,0
1878	106,4	102,4	102,8	97,7	99,1
1890	100	100	100	100	100
1900	99,1	99,8	95,1	98,0	100,9
1911	100,2	107,2	100,9	101,2	103,3
1920	97,2	99,8	95,1	95,7	99,8
1930	95,0	102,2	85,5	97,9	104,0
1940	97,9	93,8	79,3	99,6	104,4
1950	107,9	99,8	79,0	101,2	112,5
1960	100,2	107,6	82,3	107,6	121,9
1970	116,8	121,5	102,1	111,5	129,2

O segundo indicador de que nos servimos é uma medida que procura dar a propensão para o casamento através da proporção de mulheres casadas no grupo de idades dos 20-24 anos:

Proporção de mulheres casadas no grupo de idades 20-24 anos

[QUADRO N.º 10]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1864	42,7	34,9	40,1	44,2	26,1
1878	49,1	39,2	48,5	43,9	31,4
1890	43,6	34,7	40,4	41,2	29,6
1900	39,4	35,9	39,2	39,1	30,4
1911	41,1	38,8	42,6	41,0	30,9
1920	39,2	30,5	36,3	35,5	29,1
1930	36,1	34,5	27,2	35,8	30,8
1940	35,2	28,5	21,3	38,4	33,5
1950	42,2	31,0	22,8	38,1	34,3
1960	45,1	34,4	25,0	42,6	41,0
1970	51,0	34,7	34,7	36,8	39,0

Em Portugal, este indicador tem mostrado uma tendência gradual para o crescimento: no fim do século XIX era cerca de 30 %, enquanto em 1970 a proporção é já de 39 %. Qual o significado exacto deste indicador?

É um excelente substituto da idade média, mediana ou modal do casamento. Assim, quando a proporção sobe 9 % num século, isto quer dizer

que temos uma substancial diminuição na idade média do casamento tradicionalmente representado por $\bar{m}$ ¹³.

Assim, observando os dados da região sul, somos levados a concluir que, ao contrário do que acontecia no Norte do País, se casava muito cedo.

Se o distrito de Faro se manteve mais ou menos nesta situação, os outros distritos — o Alentejo — têm apresentado, com mais ou menos irregularidades, uma tendência para o declínio da proporção, ou seja, para um aumento da idade média do casamento.

O terceiro indicador é talvez dos mais interessantes e daqueles que mais se prestam a considerações de ordem sociológica.

**Proporção de mulheres solteiras entre os 50 e os 54 anos de idade
(indicador de Hajnal) (a)**

[QUADRO N.º 11]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1864	11,0	12,3	11,3	13,1	21,7
1878	9,0	16,3	11,5	13,3	20,2
1890	10,4	16,2	13,1	14,3	22,2
1900	—	—	—	—	(21,4)
1911	9,8	15,7	11,5	10,4	18,9
1920	8,8	16,2	10,4	9,6	18,2
1930	8,0	13,5	9,7	9,5	16,8
1940	9,2	12,9	11,6	9,6	18,1
1950	10,8	13,4	13,5	9,1	16,7
1960	12,8	15,4	18,2	10,6	16,0
1970	10,2	12,4	18,2	7,8	13,0

(a) Hajnal, «Age at marriage and proportions marrying», in *Population Studies*, 1953.

A proporção de mulheres que nunca casarão é muito elevada em Portugal quando comparada à de outros países europeus. Chegou a atingir um nível de 22 % no fim do século passado, tendo decrescido muito lentamente até aos nossos dias. Na região sul, a presença de valores bastante baixos, em relação aos valores médios em Portugal, complementa as considerações tecidas acerca do quadro anterior: o reduzido número de mulheres solteiras é uma consequência directa do facto de no Sul se ter casado sempre muito cedo.

2. Factores que podem ter afectado as diferenças de nupcialidade observadas

É muito complexa a análise dos factores que podem estar na base das variações registadas. Mesmo antes duma observação superficial das

¹³ $\bar{m}$ é a idade média no primeiro casamento; calcula-se como uma média ponderada, admitindo como hipótese que as mulheres que se casaram entre as idades x e $x + 5$ tinham, em média, a idade exacta de $x + 2,5$ no momento do casamento. A fórmula para o seu cálculo é a seguinte:

$$\bar{m} = \frac{\sum [x + 2,5) \times m(x, x + 5)]}{\sum m(x, x + 5)}$$

características do Alentejo e do Algarve, dois aspectos podem ser explicitados como tendo uma incontestável influência na nupcialidade.

O primeiro aspecto importante é a variável emigração, sobretudo a emigração masculina, que, alterando a estrutura de sexos da população, afecta gravemente as oportunidades de casamento.

O segundo factor, talvez ainda mais importante do que o primeiro, consiste nas diversas formas existentes de posse e distribuição da terra e nas diversas formas de transmissão da propriedade duma geração a outra.

É evidente que o primeiro factor é em grande parte uma consequência do segundo, mas, se se procede a uma análise em separado, é por razões de maior clareza.

A emigração é um fenómeno que não atinge igualmente não só as várias regiões do País, como também os vários distritos da região sul. Sempre foi muito mais intensa no Norte do País do que no Sul e mais intensa em Faro e Beja que em Évora e Portalegre.

Taxa de emigração (a)

[QUADRO N.º 12]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
Taxa média de emigração em 1900-60	2,0	0,1	0,3	0,3	4,7
1970	10,8	2,6	10,1	1,1	6,7
1973	6,2	4,9	9,7	2,8	9,3

(a) Número de emigrantes por 100 habitantes a meio do período.

Assim, observando o quadro n.º 12, verificamos que os valores referentes ao Alentejo são nitidamente inferiores às médias do continente (com excepção dos últimos anos no distrito de Beja), talvez devido quer à baixa densidade, quer à necessidade de mão-de-obra numa primeira fase, em que a agricultura ainda não estava mecanizada. Uma emigração permanente provoca alterações na estrutura dos sexos e, sendo sobretudo os jovens do sexo masculino que saem da região, é natural que as oportunidades para as mulheres se casarem diminuam. Assim, não admira que no quadro n.º 11 seja Beja o distrito que no Alentejo apresenta uma maior percentagem de celibato definitivo (18 %).

No entanto, a emigração não pode ser o único factor explicativo das variações observadas na nupcialidade¹⁴. No Alentejo, a emigração era praticamente desconhecida até 1960 e uma grande parte da população rural tem sido sempre formada por trabalhadores assalariados, e não por pequenos proprietários. Ora esta massa de trabalhadores, não tendo certamente problemas de herança a resolver, não vê nos filhos «a continuidade da sua obra».

As mulheres só nos últimos anos têm participado na actividade económica, ao contrário das do Norte do País: em 1900, por cada 10 homens

¹⁴ O distrito de Faro, com a mais elevada taxa de emigração, tem, no entanto, um celibato definitivo inferior ao de Beja.

havia 7 mulheres economicamente activas no Norte (Minho), enquanto no Alentejo essa proporção era de 2 para 10.

Durante o presente século é notória a estabilização da nupcialidade tanto no Alentejo como no Algarve. Esta estabilização é compreensível tendo em conta os valores elevados que apresentava no início do século em relação ao País, mas não parece ser este o único factor explicativo. Houve, com efeito, no Sul uma certa difusão da «relutância» das pessoas em se casarem. Montalvão Machado¹⁵ observou como os jovens, em certas áreas do Alentejo, se casam cada vez menos (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Odemira), tendo como consequência mais directa um excedente dos filhos ilegítimos em relação aos legítimos.

Descamps¹⁶ afirma mesmo que, «depois da República, as práticas religiosas foram abandonadas em muitas vilas e aldeias, particularmente no Sul e a oeste. As pessoas não se casam na igreja e mesmo muitas vezes nem pelo civil, porque isso custava 180\$».

Este autor afirma ainda que, por exemplo, no concelho de Grândola «o casamento é raro; as pessoas começam a viver juntas, algumas vezes separam-se, outras vezes vivem juntas uma vida inteira. Quando têm dois ou três filhos, então casam-se pelo civil».

A população do Alentejo e do Algarve — é um facto bem conhecido — não é muito religiosa. Em 1950, em Évora, somente 40 % a 50 % dos casamentos eram católicos. Uma grande parte da população declara-se atea em vários recenseamentos. Os laços familiares, não sendo reforçados por profundas ligações à religião, são pouco fortes; o divórcio existe, mas, como é caro, muitas pessoas acreditam que é mais prático viverem juntas sem casamento e separarem-se quando for necessário.

Tendo em conta esta particular mentalidade, e dada a enorme quantidade de casais ilegítimos, não é nada surpreendente que a nupcialidade fique constante, ou até mesmo decline rapidamente, como aconteceu em Beja (ver gráfico III).

IV

A FECUNDIDADE NA REGIÃO SUL

1. Aspectos metodológicos

Como já se disse, as estatísticas oficiais permitem-nos seguir a evolução da fecundidade no Alentejo e no Algarve desde 1890 a 1970. Os indicadores de fecundidade adoptados são exclusivamente medidas de período derivadas da combinação entre as estatísticas correntes demográficas e os recenseamentos. Servimo-nos dos índices obtidos indirectamente I_t , I_g , I_h tal como foram descritos no capítulo I deste trabalho, onde

$$I_t \text{ é um índice de fecundidade geral} = \frac{\sum f_i w_i}{\sum F_i w_i}$$

¹⁵ Montalvão Machado, «No centenário do I Censo populacional português», *R. C. E. D.*, n.º 16, 1965.

¹⁶ Descamps, *Le Portugal*, Paris, 1935.

$$I_g \text{ é um índice de fecundidade legítima} = \frac{\sum g_i m_i}{\sum F_i m_i}$$

$$I_h \text{ é um índice de fecundidade ilegítima} = \frac{\sum h_i u_i}{\sum F_i u_i}$$

e os símbolos f_i , w_i , F_i , m_i e u_i têm o significado explicado anteriormente.

É um facto evidente que as nossas estatísticas, sobretudo no fim do século passado e no princípio do século xx, não têm sido perfeitas, quer por deficiência dos serviços, quer em virtude da grande percentagem de população analfabeta que torna a exactidão das enumerações muito difícil.

Existem inúmeros métodos indirectos que são usualmente empregues para corrigir o número de nascimentos oficialmente registados, mas, para que estes métodos se possam aplicar, torna-se necessária a existência de bons recenseamentos (sem distorções na estrutura por idades) e de boas medidas do nível de mortalidade.

Nem sempre estas duas condições se realizaram em Portugal, assim se compreendendo as dificuldades na aplicação dos métodos habituais. A maneira de contornar a dificuldade é fazer uma estimativa das deficiências nos nossos registos através de projecções retrospectivas dos censos nos grupos de idade inferior a 10 anos, comparando em seguida os resultados assim obtidos com os nascimentos registados nos dez anos que medeiam entre um recenseamento e outro. Os coeficientes para esta projecção retrospectiva podem ser derivados das tábuas-tipo de Princeton, sendo a entrada nas tábuas feita através de dois parâmetros facilmente disponíveis: r (taxa de crescimento natural) e $T. m.$ (taxa de mortalidade)¹⁷.

Aplicando este método à população portuguesa no seu conjunto, obteve-se o seguinte quadro comparativo:

[QUADRO N.º 13]

Períodos	Nascimentos calculados	Nascimentos registados	Diferença em percentagem
1891-1900	1 669 560	1 601 028	— 4,1
1902-11	1 838 039	1 841 150	+ 0,2
1911-20	1 789 477	1 904 408	+ 6,4

¹⁷ Em 1955 e 1956, o Serviço de População das Nações Unidas estabeleceu uma primeira série de tábuas-tipo de mortalidade baseadas numa série de esquemas de mortalidade por sexo e idade de modo que a cada nível de mortalidade corresponda uma tábua-tipo. Se conseguirmos obter uma característica da mortalidade na população (e , q , ou m) por interpolação, pode-se calcular o esquema de mortalidade por idade e sexo que corresponde à população estudada. São portanto tábuas-tipo que dependem de um único parâmetro e que na prática se revelaram bastante insuficientes: a uma determinada medida de mortalidade (q , por exemplo) podem corresponder diversos esquemas de mortalidade muito diferentes uns dos outros. Para remediar este defeito, Paul Demeny e A. Coale estabeleceram no Office of Popula-

Podemos pois fazer as seguintes considerações:

Os nascimentos registados são inferiores aos nascimentos calculados na última década do século XIX. As diferenças observadas no período de 1902-11 tornam-se muito pouco claras devido à inclusão das estatísticas de 1911 (40 000 nascimentos).

Na década de 1911-20 observa-se exactamente o inverso do que se verifica na década de 1891-1900, ou, por outras palavras, são os nascimentos registados que excedem os calculados. A causa mais importante deste facto reside, sem dúvida, na excepcional mortalidade em consequência de uma gripe epidémica no fim da década (um trabalho interessante a fazer seria o de estimar a medida em que esta gripe epidémica afectou a população mais jovem).

A comparação entre nascimentos registados e estimados tende a ter uma certa consistência, mas nenhum dos dois termos de comparação pode ser considerado como exacto. No caso de Portugal, parece que a exactidão é mais rápida nas estatísticas correntes que nos recenseamentos, o que aliás vai na linha das experiências observadas em países de características idênticas: Itália, Espanha e Grécia.

Tendo em consideração estes aspectos e aplicando o método apresentado, a população com idade inferior a 10 anos em cada recenseamento (1900, 1911 e 1920) foi comparada respectivamente com os nascimentos de 1891-1900, 1902-11 e 1911-20. Os nascimentos foram calculados através da seguinte fórmula:

$$B_e = {}_5P_0 \times \frac{l_0}{{}_5L_0/5} + \frac{l_0}{{}_5L_5/5}$$

onde:

${}_5P_0$, l_0 , ${}_5L_0$ e ${}_5L_5$ são os parâmetros clássicos de qualquer tábua de mortalidade¹⁸.

Os parâmetros foram tirados das tábuas-tipo de Princeton (modelo sul).

A escolha da tábua adequada foi feita pela combinação dos parâmetros. $T. m.$ (taxa de mortalidade) e r (taxa de crescimento).

Podemos agora compreender a origem das diferenças apresentadas anteriormente entre os nascimentos registados e os calculados.

tion Research da Universidade de Princeton quatro modelos regionais de mortalidade:

Modelo norte: baseado nas estatísticas de mortalidade da Suécia, Noruega e Islândia.

Modelo sul: baseado na mortalidade de Itália, Espanha *Portugal* e Sicília.

Modelo este: baseado na mortalidade da Europa central.

Modelo oeste: residual.

Estas tábuas baseiam-se assim em dois parâmetros: em primeiro lugar escolhe-se um dos quatro tipos e, seguidamente, em cada tipo escolhe-se a tábua que melhor corresponde ao nível de mortalidade observado.

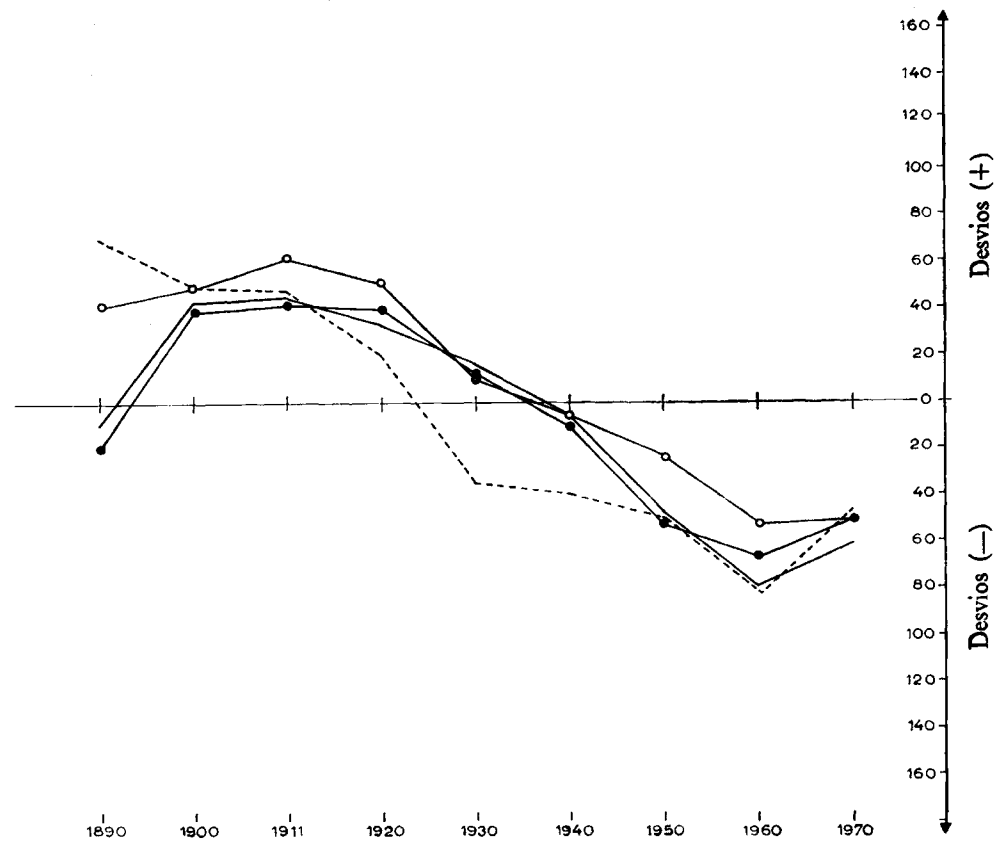
¹⁸ ${}_5P_0$ (taxa de sobrevivência entre os 0 e 5 anos); l_0 (sobreviventes na idade 0 = raiz da tábua); ${}_5L_0$ (sobreviventes no grupo de idade 0-5 anos em anos completos); ${}_5L_5$ (sobreviventes no grupo de idade 5-10 anos em anos completos).

[GRÁFICO IV]

**Evolução dos desvios dos I_r distritais em relação aos I_r de Portugal
(fecundidade geral)**

Legenda

- Distrito de Évora
- - - Distrito de Faro
- Distrito de Portalegre
- Distrito de Beja



Avaliação dos erros de registo de nascimento

[QUADRO N.º 14]

Grupos de idade no recenseamento	População no recenseamento	Coeficientes	Nascimentos estimados	Anos de registo dos nascimentos	Nascimentos registados	Desvios
		1891 — 1900				
0-4	637 009	1,2632	804 670	1896-1900	805 255	+ 0,1
5-9	623 524	1,3871	864 890	1891-95	795 773	— 6,0
Total ...	1 260 533		1 669 560		1 601 028	— 4,1
		1902 — 1911				
0-4	706 306	1,2478	881 329	1907-11	943 391	+ 7,0
5-9	703 153	1,3606	956 710	1902-06	898 559	— 6,1
Total ...	1 409 459		1 838 039		1 841 950	+ 0,2
		1911 — 1920				
0-4	604 132	1,3057	788 815	1916-20	928 928	+ 17,8
5-9	683 886	1,4632	1 000 662	1911-15	975 480	— 2,5
Total ...	1 288 018		1 789 477		1 904 408	+ 6,4

Pode-se observar, por exemplo, que o desvio de + 0,2, que à primeira vista parece insignificante, é o resultado de dois «movimentos» em sentido contrário: + 7,0 e — 6,1. É também possível que a taxa de «regresso à vida», de 1,3057, adoptada para o censo de 1920 seja muito pequena. O nível de mortalidade de 1911-20 foi anormalmente elevado em consequência da gripe epidémica no fim da década e é lógico que os grupos de idade mais afectados tenham sido os mais jovens. A *ratio* 1,3057 deverá ser portanto aumentada, para ter em conta esta diminuição, e a diferença de 17,8 % reduzir-se-á até se aproximar dos outros valores observados.

Além disso, em Portugal, como em Espanha e na Itália, a distorção observada nos diferentes grupos de idade é feita de uma maneira muito particular: o grupo de idade 0-4 é geralmente subavaliado, mas os nascimentos omitidos são em grande parte recuperados no grupo de idade seguinte (5-9).

Este modelo de comportamento traduz-se nos sinais + e depois — observados no quadro n.º 14.

Ao nível distrital, e na ausência de informação mais pormenorizada sobre o nível da sub ou sobreavaliação dos nascimentos, os diversos factores de correcção foram estimados da seguinte maneira:

Estimou-se o número de nascimentos com registo tardio em cada distrito no ano de 1911, subtraindo-se dos nascimentos registados em 1911 o número médio de nascimentos registados em 1908-10 e 1912-14.

Partiu-se da hipótese de que o número de nascimentos sub-registados em 1888-92 e 1900-04 poderia ser atribuído aos distritos numa proporção igual à proporção de nascimentos com inscrição tardia em 1911.

O número de nascimentos registados mais o número total de nascimentos ajustados para o cálculo das taxas de fecundidade.

Assim, o factor corrector para cada distrito (número total de nascimentos ajustados/total de nascimentos registados) da região sul é:

Faro	1,06
Évora	1,09
Beja	1,08
Portalegre	1,04

2. Evolução da fecundidade (I.)

O primeiro facto a notar é que os baixos valores de nupcialidade observados em Portugal no fim do século XIX tiveram como mais directa consequência um baixo nível de fecundidade. Com efeito, a taxa de natalidade nos países da Europa ocidental excedia praticamente em toda a parte os 40 %; nos países do Mediterrâneo era superior a 35 % (36 % a 37 % em Espanha e em Itália). Em Portugal, o seu valor rondava os 32 %-33 %, valores tão baixos como os observados em Inglaterra ou nos países nórdicos.

Mais ainda, o declínio da fecundidade não se fez rapidamente no início do século, mas muito tardia e lentamente.

A região sul teve, dentro deste contexto, um comportamento relativamente original.

Evolução dos índices de fecundidade geral (I_f) de 1890 a 1970 na região sul

[QUADRO N.º 15]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1890					
(1888-92)	0,428	0,347	0,399	0,338	0,358
1900					
(1901-04)	0,401	0,395	0,402	0,392	0,353
1911					
(1909-13)	0,390	0,385	0,405	0,388	0,344
1920					
(1918-22)	0,338	0,352	0,369	0,355	0,318
1930					
(1928-32)	0,270	0,320	0,314	0,315	0,304
1940					
(1938-42)	0,220	0,252	0,253	0,247	0,257
1950					
(1948-52)	0,203	0,207	0,231	0,203	0,255
1960					
(1958-62)	0,172	0,175	0,203	0,189	0,255
1970					
(1968-72)	0,196	0,180	0,187	0,184	0,239

Basta observar o quadro n.º 15 e o gráfico IV para vermos até que ponto a região sul, no que respeita ao declínio da fecundidade, tem uma evolução particular. No fim do século passado, Évora e Portalegre tinham valores abaixo da média de Portugal e Beja e Faro tinham uma fecundidade superior. No início do século XX, toda a região sul nos aparece bastante homogénea, na medida em que apresenta valores muito aproximados e a fecundidade se revela bastante elevada em relação ao País.

É por volta da década de 1930 (o distrito de Faro um pouco antes) que todo o Alentejo passa a ter valores inferiores aos do continente e de Portugal. Isto quer dizer não só que houve um declínio da fecundidade, mas também que esse declínio não foi igual em todo o país.

Contudo, para podermos aprofundar mais a nossa análise, temos de observar o papel desempenhado quer pela fecundidade legítima, quer pela fecundidade ilegítima — respectivamente I_g e I_h —, no declínio da fecundidade da região, declínio esse que não foi seguido noutras regiões do País.

3. A evolução da fecundidade legítima (I_g)

Para além da comparação entre o quadro n.º 15 com os quadros n.ºs 16 a 19, é fundamentalmente através da análise dos gráficos IV e V que nos apercebemos do impacto da fecundidade legítima na fecundidade total. Assim, analisando as curvas dos desvios do I_g (fecundidade legítima) com a curva de fecundidade total (I_t), verificamos rapidamente a extraordinária semelhança no aspecto geral das curvas. A diferença fundamental reside no facto de os I_t serem primeiro valores superiores à média do País e depois inferiores, ao passo que os valores de I_g são sempre inferiores.

Se compararmos mesmo os resultados da região sul com outros valores observados na Europa, vemos que, por volta da década de 1950, os

Evolução dos índices de fecundidade legítima (I_g) de 1890 a 1970 na região sul

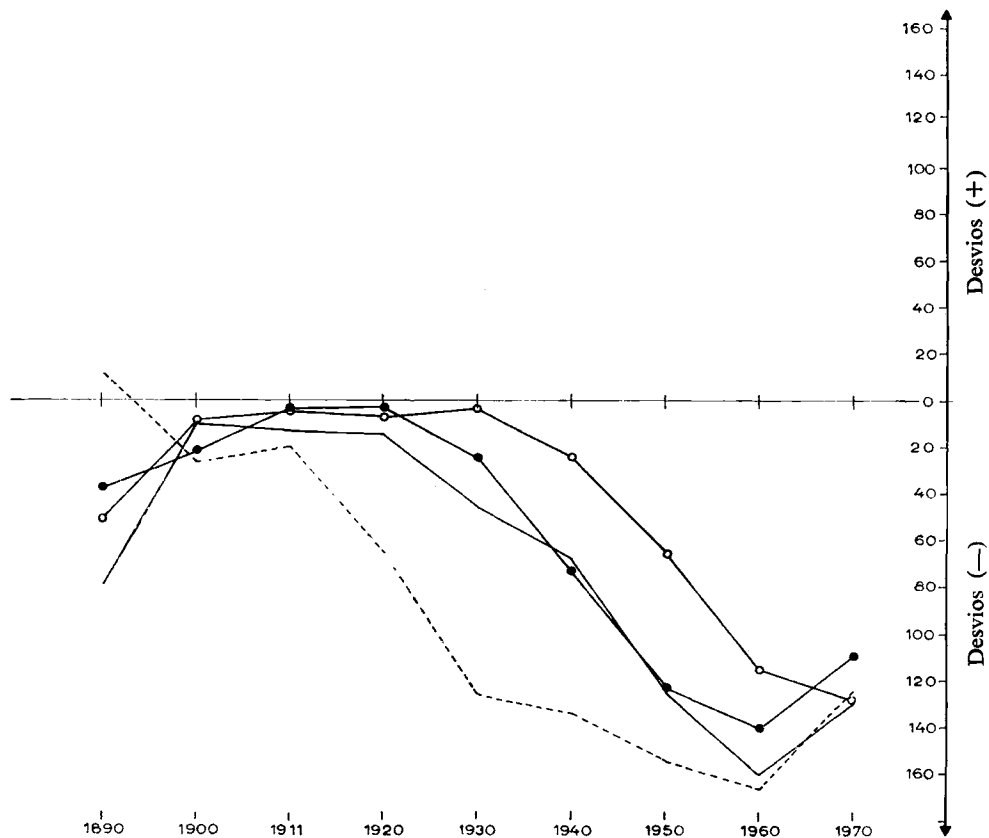
[QUADRO N.º 16]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1890					
(1888-92)	0,702	0,610	0,639	0,650	0,689
1900					
(1901-04)	0,654	0,691	0,672	0,658	0,681
1911					
(1909-13)	0,617	0,622	0,640	0,634	0,636
1920					
(1918-22)	0,544	0,596	0,602	0,608	0,609
1930					
(1928-32)	0,419	0,500	0,542	0,520	0,544
1940					
(1938-42)	0,317	0,385	0,429	0,381	0,453
1950					
(1948-52)	0,284	0,316	0,375	0,314	0,440
1960					
(1958-62)	0,250	0,254	0,300	0,274	0,414
1970					
(1968-72)	0,258	0,255	0,254	0,271	0,383

**Evolução dos desvios dos I_x distritais em relação aos I_x de Portugal
(fecundidade legítima)**

Legenda

- Distrito de Évora
- - - Distrito de Faro
- Distrito de Portalegre
- Distrito de Beja



números apresentados são dos mais baixos em toda a Europa. No espaço de trinta anos, o declínio da fecundidade atinge reduções de cerca de 50 % e até mesmo de 60 %. O quadro n.º 17, que nos mostra a evolução em termos de números-índices, é o melhor indicador da evolução observada.

Por outro lado, conforme já foi dito, a emigração é uma variável com características especiais, na medida em que pode afectar gravemente a estrutura populacional, nomeadamente nos grupos de idade sujeitos à procriação.

Evolução de I_x em números-índices (1890 = 100)

[QUADRO N.º 17]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1890	100	100	100	100	100
1900	93,2	113,3	105,2	101,2	98,8
1911	87,9	112,0	100,2	97,5	92,3
1920	77,5	97,7	94,2	93,5	88,4
1930	59,7	82,0	84,8	80,0	79,0
1940	45,2	61,1	67,1	58,6	65,7
1950	40,5	51,8	58,7	48,3	63,9
1960	35,6	41,6	46,9	42,2	60,1
1970	36,8	41,6	39,7	41,7	55,6

No quadro n.º 18 estão descritos os valores da *ratio* entre o número total de mulheres casadas (M_c) e de homens casados (H_c). Este *ratio* deverá ser, em princípio, igual a 100 se não houver factores anormais que causem a separação dos casais. Quando se verifica, como em Portugal, a existência duma intensa emigração (normalmente os homens em primeiro lugar), esta *ratio* tende a ser superior a 100. Isto significa que uma certa proporção de mulheres casadas, aproximadamente igual a $100 \times \frac{M_c}{H_c} - 100$ não ficam sujeitas ao risco de conceberem um filho legítimo.

Observemos, em primeiro lugar, o que esta *ratio* (M_c/H_c) $\times 100$ nos dá na região sul:

Mulheres casadas por 100 homens casados na região sul

[QUADRO N.º 18]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1864	103,5	99,2	98,5	96,4	100,3
1878	101,8	99,2	99,0	98,8	101,2
1890	99,2	99,4	97,4	102,5	101,5
1900	100,6	98,2	99,2	100,6	102,5
1911	104,7	100,5	98,7	101,2	105,3
1920	103,6	101,2	100,7	102,2	105,2
1930	107,0	100,1	97,4	93,7	103,3
1940	102,3	98,9	97,5	99,6	103,3
1950	103,7	101,2	99,9	100,7	106,4
1960	103,3	99,5	99,4	100,0	103,5
1970	103,6	100,8	100,2	101,3	105,5

A distorção não parece ser particularmente elevada em relação aos valores obtidos no País, o que não admira, pois é do conhecimento geral que o fenómeno emigratório é muito mais intenso no Norte do que no Sul do País.

Em todo o caso, particularmente no distrito de Faro, ainda se encontram por vezes valores importantes — em 1930, em Faro, 7 mulheres casadas a mais por cada 100 homens.

Este excesso de mulheres deve portanto ser eliminado do cálculo dos índices de fecundidade legítima multiplicando a *ratio* M_e/H_e pelo índice de fecundidade legítima (I_g), admitindo como hipótese que a *ratio* não varia de grupo a grupo de idade.

Esta hipótese não é totalmente admissível, porque, como se sabe, a emigração não afecta igualmente todos os grupos de idade, mas, para não complicarmos muito os cálculos, já nos parece ser um factor de correcção bastante satisfatório.

Obtivemos assim os seguintes valores de I_g corrigidos:

**Evolução dos índices de fecundidade legítima (I_g) de 1890 a 1970,
corrigidos dos efeitos da emigração**

[QUADRO N.º 19]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1890	0,702	0,610	0,639	0,666	0,709
1900	0,658	0,691	0,672	0,662	0,700
1911	0,646	0,625	0,640	0,642	0,674
1920	0,564	0,603	0,606	0,621	0,642
1930	0,448	0,501	0,542	0,520	0,542
1940	0,324	0,385	0,429	0,381	0,468
1950	0,295	0,320	0,375	0,316	0,459
1960	0,258	0,254	0,300	0,274	0,435
1970	0,267	0,257	0,259	0,275	0,404

Comparando os novos valores obtidos com os anteriores valores de I_g não corrigidos verifica-se que não há alterações substanciais na tendência das curvas.

Tal facto não significa que a emigração não tenha nenhum impacto no quantitativo global da fecundidade legítima. Apenas significa que a sua estrutura não é alterada profundamente.

4. A evolução da fecundidade ilegítima (I_h)

A fecundidade ilegítima em Portugal é das mais elevadas da Europa, muito próxima dos valores obtidos na Suécia e na Áustria, contrastando fortemente com os valores obtidos nos outros países latinos.

Em Portugal, no seu conjunto, a ilegitimidade é praticamente constante até 1940, até que, a partir desta data, começa a declinar rapidamente até aos nossos dias.

Na região sul obtivemos os valores que se podem analisar no quadro n.º 20.

**Evolução dos índices de fecundidade ilegítima (I_h) de 1890 a 1970
na região sul**

QUADRO N.º 20]

Anos	Distritos				Portugal
	Faro	Évora	Beja	Portalegre	
1890	0,068	0,080	0,080	0,060	0,075
1900	0,076	0,093	0,081	0,061	0,073
1911	0,093	0,112	0,092	0,062	0,083
1920	0,087	0,112	0,098	0,060	0,075
1930	0,097	0,134	0,100	0,065	0,088
1940	0,113	0,136	0,110	0,076	0,076
1950	0,093	0,100	0,114	0,057	0,059
1960	0,072	0,085	0,114	0,058	0,057
1970	0,075	0,066	0,095	0,037	0,042

Uma breve análise dos acontecimentos revela-nos que aparece um substancial aumento da ilegitimidade depois da Concordata de 1928 e das modificações na legislação sobre o casamento levadas a cabo durante esta época. O aumento da ilegitimidade depois de 1928, no conjunto do País, observa-se bem na evolução dos I_h (0,75 em 1920 e 1940 e 0,88 em 1930). Não tão claro, mas mais durável, é o aumento que se verifica em cada um dos distritos da região sul. Só a partir da década de 1950 se observa no conjunto dos distritos uma diminuição acelerada da ilegitimidade.

No Norte do País e em Lisboa, a ilegitimidade era particularmente elevada no fim do século, fundamentalmente devido a dois factores: em primeiro lugar, a desproporção de sexos causada pela emigração; em segundo lugar, a baixa nupcialidade e particularmente a elevada proporção de mulheres que ficam celibatárias. Uma vez que uma grande parte da população é excluída do casamento, não é surpreendente encontrar um elevado número de concepções ilegítimas, por vezes toleradas mesmo pela família e pela sociedade. É sobretudo devido ao aumento firme, mas lento, da nupcialidade que a ilegitimidade começa a baixar.

Na região sul, a ilegitimidade, com excepção de Portalegre, situa-se bem acima da média durante todo o período de observação, conforme se pode observar no gráfico VI. Tal fenómeno não pode ser de modo nenhum imputado quer à emigração quer à nupcialidade. A primeira é praticamente nula e a segunda situa-se a níveis absolutamente normais. Outras condições existem que favorecem a existência desta forte ilegitimidade: existe um elevado número de casais «irregulares» cuja descendência só mais tarde é registada legalmente (quando o é); por outro lado, uma incidência elevada de emigrações internas, sobretudo por causa das ceifas, tradicionalmente têm implicado um fluxo de trabalhadores masculinos, criando-se assim todas as condições para a existência de relações «ilegítimas».

Finalmente, há ainda a salientar que muitos filhos registados como ilegítimos foram legitimados através do casamento dum casal «irregular». Como diz Montalvão Machado¹⁹, «quando têm dois ou mais filhos, celebram um casamento civil». Este facto ocorre particularmente nos distritos da região sul, onde a *ratio* legítimos sobre ilegítimos alcança por vezes valo-

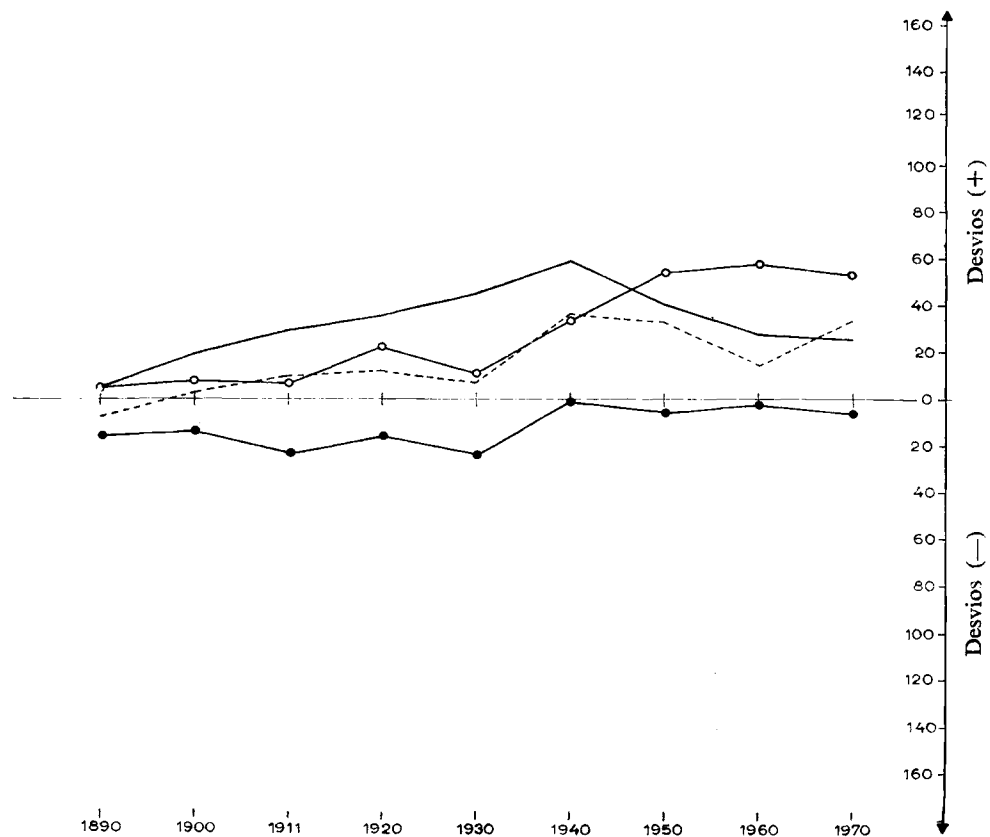
¹⁹ Obra citada na nota 15.

[GRÁFICO VI]

**Evolução dos desvios dos I_h distritais em relação aos I_h de Portugal
(fecundidade ilegítima)**

Legenda

- Distrito de Évora
- - - Distrito de Faro
- Distrito de Portalegre
- Distrito de Beja



res de 1/4 e 1/3, conforme se pode observar no quadro n.º 21. Como salienta Descamps²⁰, muitos nascimentos, inicialmente ilegítimos, são legitimados posteriormente, uma vez que são oriundos de pais que vivem juntos, mas que vivem juntos pelo simples facto de uma cerimónia custar caro.

Nascimentos legitimados através do casamento (em percentagem sobre os nascimentos ilegítimos)

[QUADRO N.º 21]

Distritos	Anos		
	1940	1950	1973
Faro	26,9	25,4	25,9
Évora	15,2	35,1	43,8
Beja	2,5	5,6	22,9
Portalegre	37,1	35,0	32,0

Em resumo:

1. A estabilização da ilegitimidade na região sul está fortemente relacionada com a estabilização da nupcialidade.
2. Tal facto confirma-se através da correlação que se encontrou entre as mudanças na nupcialidade e as mudanças na ilegitimidade de 1890 a 1970:

r (percentagem das mudanças I_m e I_h) = - 475

r (percentagem das mudanças na proporção de mulheres celibatárias no grupo 50-54 e I_h) = + 716

3. O impacte da ilegitimidade na fecundidade total é elevado.
4. Contudo, se a nupcialidade está correlacionada com a ilegitimidade, este facto não é em si um factor explicativo da existência de um I_h elevado: é apenas um elemento de estabilização. As verdadeiras causas, ou factores explicativos, encontram-se nos movimentos migratórios e na estrutura económica e social.

V

CONCLUSÃO

Um dos resultados mais interessantes que se conseguiu obter com este estudo foi o de pôr a claro certas tendências que até agora tinham sempre ficado mais ou menos obscuras. A inexistência dum método adequado levava-nos sempre a ter de basear os estudos regionais da fecundidade nas taxas brutas, que, como se sabe, são medidas muito rudimentares, porque, antes de mais, não eliminam os efeitos de estrutura.

A utilização de gráficos de desvios permite-nos adivinhar a posição dos indicadores da região sul em relação à média do País e, assim, ter uma

²⁰ Obra citada na nota 16.

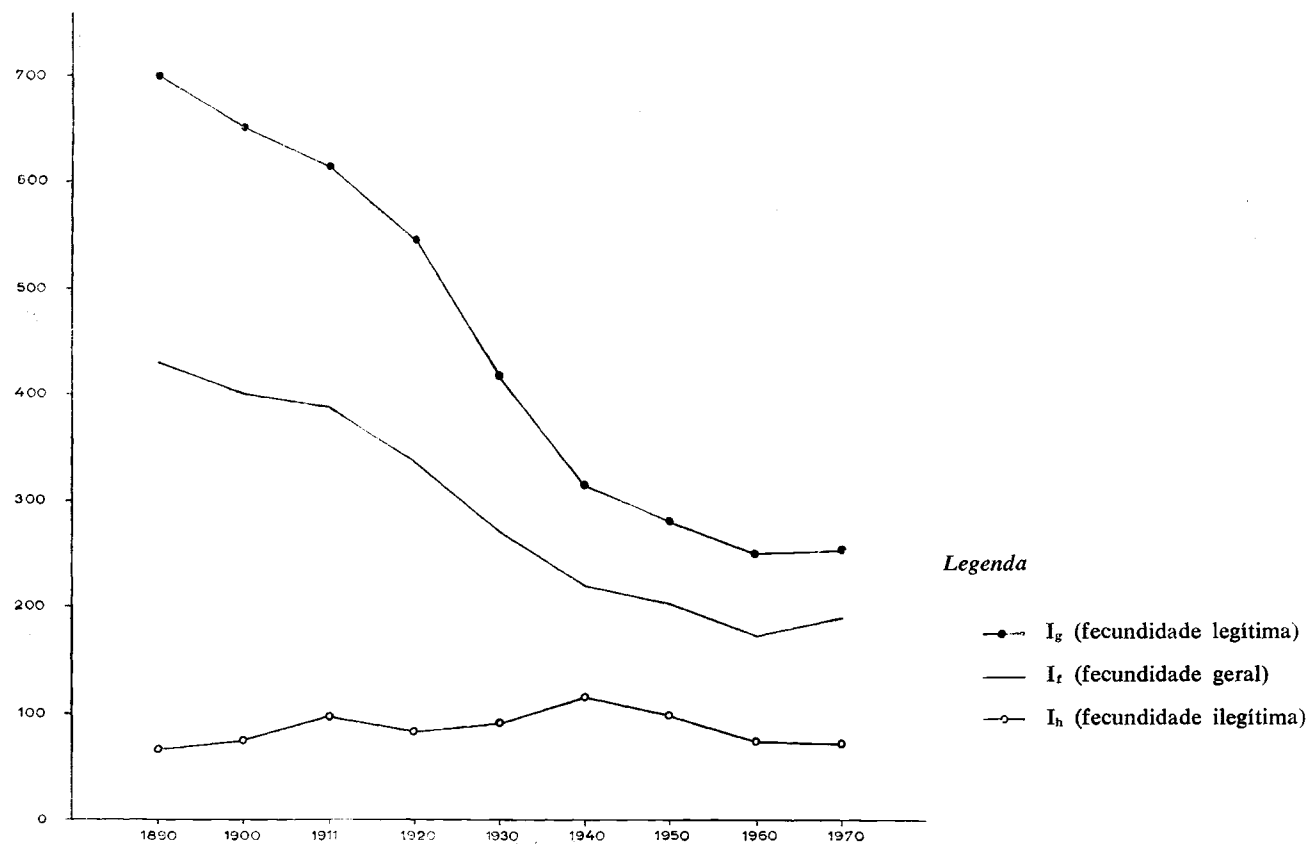
ideia da variância dos valores entre as regiões. A utilização da última série de gráficos (VII a X) permite-nos acompanhar por distritos como se produziu entre nós a baixa da fecundidade.

É realmente notória a homogeneidade que se encontra em todos os distritos da região sul. Em todos eles temos:

- a) I_g e I_t têm uma evolução paralela, o que significa que, na região analisada, a fecundidade legítima é uma ótima medida da evolução da fecundidade geral;
- b) O declínio de I_g e I_t começou por volta de 1911, lento numa primeira fase, mais acelerado numa segunda (por volta da década de 1930) e mostrando tendência para uma certa paragem nos últimos anos. Se fizermos o mesmo tipo de observação servindo-nos de taxas brutas, o declínio só se manifesta a partir de 1930, o que quer dizer que os efeitos de estrutura neutralizam o nosso modelo da fecundidade por um período de quase vinte anos;
- c) Se os desvios I_g e I_t são positivos em relação aos valores de Portugal, atingindo variâncias enormes a partir da década de 1920, isto significa que a região sul se encontra em total oposição às outras regiões do País. Esta região, tão fracamente povoada, encontra-se submetida a um processo de baixa da natalidade que se nos afigura muito perigoso pelos seus efeitos na evolução da estrutura populacional;
- d) A emigração não parece ser um factor relevante para explicar tal facto, nem as variáveis tradicionais que se tem provado terem profundos efeitos na baixa da fecundidade: urbanização, desenvolvimento económico, etc.;
- e) Só o estudo das relações entre as variáveis sociais e demográficas nos poderá ajudar a determinar quais os factores que são responsáveis pela baixa da fecundidade, para assim sabermos onde intervir se queremos evitar que o «celeiro de Portugal» se transforme no «deserto de Portugal» ou no «asiló de Portugal».

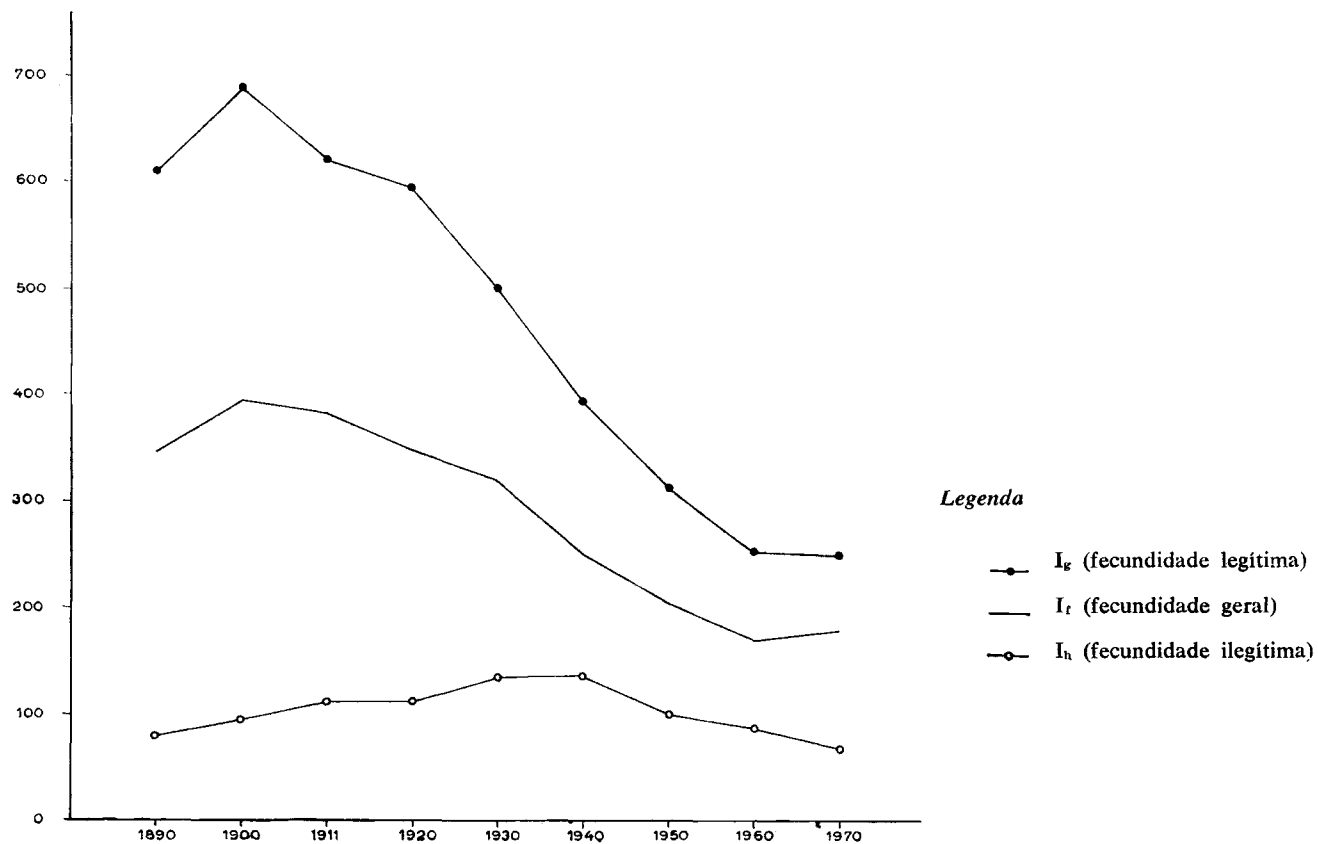
[GRÁFICO VII]

A fecundidade no distrito de Faro



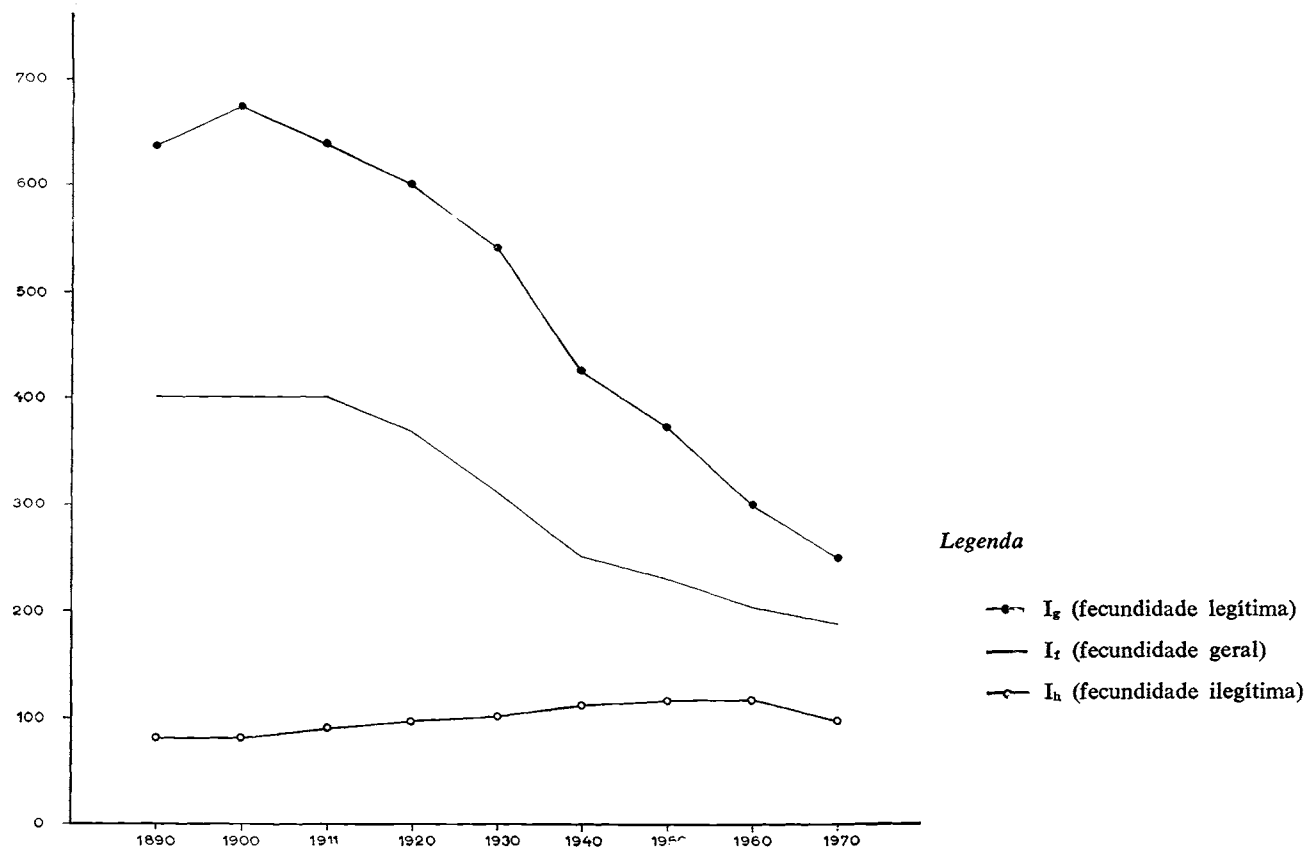
[GRÁFICO VIII]

A fecundidade no distrito de Évora

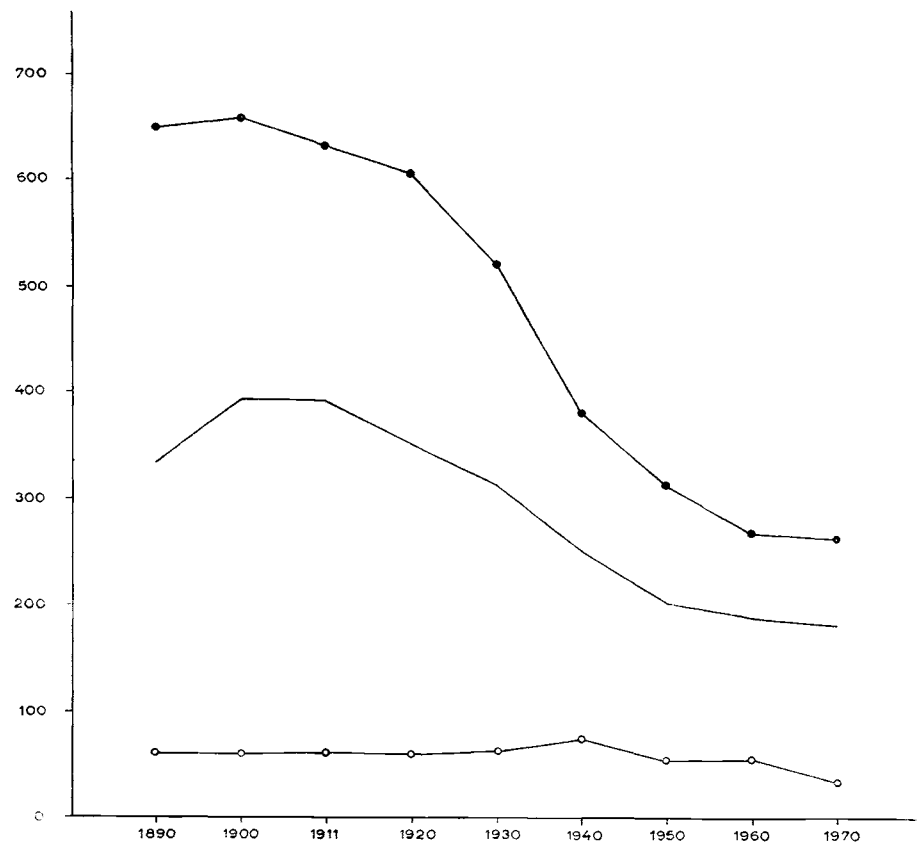


[GRÁFICO IX]

A fecundidade no distrito de Beja



[GRÁFICO X]

A fecundidade no distrito de Portalegre*Legenda*

- I_g (fecundidade legítima)
- I_r (fecundidade geral)
- I_h (fecundidade ilegítima)